

Notas	SANCASE BALANÇO	2020 Em Kwanzas	2019 Em Kwanzas
ACTIVO			
3	DISPONIBILIDADES	105 034 383	151 381 037
4	OUTROS VALORES	26 977 860	300 582
5	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6 394 025	7 596 529
		138 406 268	159 278 148
PASSIVO			
6	OUTRAS CAPTAÇÕES	99 080 554	-
7	OUTRAS OBRIGAÇÕES	48 919 936	249 525 877
		148 000 490	249 525 877
FUNDOS PRÓPRIOS			
8	CAPITAL	117 700 000	10 000 000
8	RESERVAS E FUNDOS	1 000 000	1 000 000
8	RESULTADOS TRANSITADOS	(101 247 729)	(78 688 385)
11	RESULTADO DO EXERCÍCIO	(27 046 493)	(22 559 345)
		(9 594 222)	(90 247 729)

Notas	SANCASE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2020 Em Kwanzas	2019 Em Kwanzas
	A - MARGEM FINANCEIRA	-	-
9	B - RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	20 728 338	70 069 103
9	C - RESULTADOS DE OPERAÇÕES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	(15 996 268)	(30 883 371)
9	RESULTADOS DE INTERMEDIÇÃO FINANC (A+B+C)	4 732 070	39 185 731
10	D - CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE PESSOAL (-)	31 778 563	61 745 076
10	Pessoal	15 488 271	24 517 936
10	Fornecimentos de Terceiros	10 415 526	33 318 756
10	Impostos e Taxas Não Incidentes Sobre o Resultado	-	-
10	Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	4 672 261	2 705 879
10	Depreciações e Amortizações	1 202 504	1 202 505
	E - PROVISÕES S/OUTROS VALORES E RESP. PROVÁVEIS (-)	-	-
	F - OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS	-	-
	OUTROS CUSTOS E PROVEITOS (F-D-E)	(31 778 563)	(61 745 076)
11	RESULTADO OPERACIONAL	(27 046 493)	(22 559 345)
	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
11	RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(27 046 493)	(22 559 345)
	ENCARGOS SOBRE O RESULTADOS (-)	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(27 046 493)	(22 559 345)

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

A SANCASE – CASA DE CÂMBIOS LDA é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, foi constituída de acordo com publicação no Diário da República a 18 de Junho de 2012 e licenciamento de actividade a 09 de Junho de 2012, tendo sido atribuída autorização nº704. Tem como actividade principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às casas de câmbios e agências de pagamentos, designadamente, a compra e venda de notas; moedas estrangeiras e remessas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO

2.1. COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do período, e foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

2.2. BASES DE APRESENTAÇÃO E MOEDA

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras em conformidade com as disposições do Plano de Contas das Casas de Câmbio, conforme o Despacho N.º 41/94 de 10 de Novembro, do Banco Nacional de Angola, obedecendo às normas e princípios contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em Kwanzas (AOA) no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade estabelecidos no CONTIF, conforme definido pelo Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

A entrada em vigor da aplicabilidade do CONTIF a instituições de remessas, não teve impactos materiais nos valores de balanço, capitais próprios ou resultados líquidos do período de 2015.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas no momento em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

b) Actualização monetária

De acordo com o Aviso nº2/2009 do Banco Nacional de Angola, no caso de existir inflação, as instituições financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da alteração do poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aos saldos de capital reservas e resultados transitados. Considera-se hiperinflação se a taxa acumulada de inflação durante 3 anos se aproximar ou exceder 100%.

c) Outras provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

d) Imobilizações e Amortizações

As imobilizações corpóreas e incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. Neste estão inclusos os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no nº2 do artigo 7º do Decreto nº6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação,

são efectuadas no exercício económico seguinte àquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

e) Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola.

f) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e associadas

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que a Instituição Financeira detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respetivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efetiva da Instituição Financeira, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em outras sociedades

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efetivação do investimento, quer a realização tenha sido efetuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respetivas provisões.

g) Impostos

O imposto industrial sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 30% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de

Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2016 a 2020. Não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios atrás referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

h) Redução no valor recuperável de activos (imparidade)

A SANCASE avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um ativo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade a Empresa tem em conta os seguintes indicadores:

- Declínio significativo no valor de um ativo maior do que o esperado no seu uso normal;
- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre a Instituição Financeira;
- Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos ativos;
- Valor contabilístico de ativos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um ativo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do ativo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para a Instituição Financeira;
- Indicação que o desempenho económico do ativo será pior que o esperado.

i) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas da SANCASE integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do ativo e maior para os do

passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a SANCASE efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição :

	2020	2019
Caixa em Moeda Nacional	104 324 596	93 773 979
Disponibilidades em Instituições Financeiras	709 787	57 607 058
TOTAL	105 034 383	151 381 037

4. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica 'Outros Valores' tinha a seguinte composição :

	2020	2019
De Natureza Fiscal	552 198	300 582
De Natureza Cível	26 425 662	-
TOTAL	26 977 860	300 582

5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O movimento ocorrido em 2019 para as Imobilizações Corpóreas foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-12-2019
Custo				
Equipamento básico	9 288 368	-	-	9 288 368
Equipamento administrativo	1 915 675	-	-	1 915 675
	11 204 043	-	-	11 204 043
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	1 857 674	928 837	-	2 786 510
Equipamento administrativo	547 336	273 668	-	821 004
	2 405 009	1 202 505	-	3 607 514
Valor Líquido	8 799 034	(1 202 505)	-	7 596 529

O movimento ocorrido em 2020 para as Imobilizações Corpóreas foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-12-2020
Custo				
Equipamento básico	9 288 368	-	-	9 288 368
Equipamento administrativo	1 915 675	-	-	1 915 675
	11 204 043	-	-	11 204 043
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	2 786 510	928 836	-	3 715 347
Equipamento administrativo	821 004	273 668	-	1 094 672
	3 607 514	1 202 504	-	4 810 018
Valor Líquido	7 596 529	(1 202 504)	-	6 394 025

6. OUTRAS CAPTAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica 'Outras Captações' tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Suprimentos de Accionistas	99 080 554	206 780 554
TOTAL	99 080 554	206 780 554

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica 'Outras Obrigações' tinha a seguinte composição:

	2020	2019
De Natureza Fiscal	91 466	32 745
De Natureza Cível	43 543 476	23 943 166
De Natureza Administrativa e de Comercialização	5 284 994	18 769 412
TOTAL	48 919 936	42 745 323

8. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica 'Fundos Próprios' tinha a seguinte composição:

Capital, Reservas e Resultados Transitados	2020	2019
Em Capital Social	117 700 000	10 000 000
Em Reservas e Fundos	1 000 000	1 000 000
Em Resultados Transitados	(101 247 729)	(78 688 385)
TOTAL	17 452 271	(67 688 385)

A estrutura de accionistas detalha-se como se segue:

Estrutura de Accionistas	%	Valor (AOA)
Viandy Ruth Fortunato da Silva	95%	111 700 000
Fernando Marques Fernandes	5%	6 000 000
	100%	117 700 000

No exercício de 2020 o Capital Social sofreu alteração, conforme autorização dada pelo regulador Banco Nacional de Angola em 19 de Março de 2020 (Ref. 215/DRO/20).

9. RESULTADOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

9. RESULTADOS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2019	2018
Operações cambiais	70.069.103	5.445.663
Comissões	-30.883.371	-968.396

10. CUSTOS ADMINISTR E DE COMERCIALIZAÇÃO	2019	2018
Órgãos de Gestão e Fiscalização	9.300.000	21.230.000
Empregados	15.217.936	18.615.052
Comunicações	350.660	838.800
Transportes Deslocações e Alojamentos	-	-
Publicações Publicidade e Propaganda	294.000	2000
Segurança Conservação e Reparação	-	-
Auditoria Consultoria Out. Serv Especializados	24.647.785	3799810
Alugueres	7.870.770	16.659.873
Materiais Diversos	155.542	257.982
Impostos e taxas não incidentes no resultado	-	-
Penalidades aplicadas por entidade reguladora	2.705.879	749.505
Depreciações e Amortizações	1.202.505	1.202.505

TOTAL 61.745.076 63.355.526

11. RESULTADO OPERACIONAL		
	2019	2018
Resultados de Intermediação Financeira	39.185.731	4.477.267
Outros Custos e Proveitos	(61.745.076)	(63.355.526)
SOMA – RESULTADO OPERACIONAL	(22.559.345)	(58.878.259)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(22.559.345)	(58.878.259)
Encargos sobre os Resultados	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.559.345)	(58.878.259)

17. O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da empresa durante o ano de 2019 foi de 5 trabalhadores.

No final do ano a empresa possuía 6 trabalhadores.

18. Todos os proveitos registados nas várias rubricas da demonstração de resultados foram realizados em Angola.

19. Não existem Passivos Subordinados, imputados e pagos durante o exercício.

20. Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

Luanda, 29 de Julho de 2021

**O Responsável
Pela Contabilidade**



**O Responsável
Pela Gestão**

